

Como podemos definir vigilância?¹

How to define surveillance?

■ CHRISTIAN FUCHS*

Resumo

O percurso deste artigo é explorar e comparar maneiras de definir vigilância. Objetivando dar sentido a conceitos que descrevem a realidade das sociedades, a teoria social faz-se necessária. A teoria social é um caminho para esclarecer tais questões ontológicas que se referem à natureza e realidades básicas da vigilância. Delineamos uma distinção entre conceitos neutros ou negativos de vigilância. Este artigo pretende contribuir para a discussão sobre como definir melhor vigilância e pretende mostrar que uma das principais diferenças teóricas e principais questões relacionadas à teoria da vigilância é se ela deve ser definida como uma noção negativa ou neutra.

Palavras-chave: Teoria da vigilância, teoria social, teoria da vigilância neutra, teoria da vigilância negativa, estudos críticos sobre vigilância

Abstract

The task of this paper is to explore and compare ways of defining surveillance. In order to give meaning to concepts that describe the realities of society, social theory is needed. Therefore social theory is employed in this paper for discussing ways of defining surveillance. Social theory is a way of clarifying such ontological questions that concern the basic nature and reality of surveillance. A distinction between neutral and negative concepts of surveillance is drawn. Some potential disadvantages of neutral concepts of surveillance are outlined. This paper wants to contribute to the discussion of how to best define surveillance and wants to show that one of the main theoretical differences and questions in surveillance theory is if surveillance should be defined as a negative or a neutral concept.

Keywords: Surveillance theory, social theory, neutral surveillance theory, negative surveillance theory, critical surveillance studies

* Professor Titular de Estudos de Mídia e Comunicação da Universidade de Uppsala, Departamento de Informática e Estudos de Mídia, Suécia. Coordena o projeto de pesquisa “Sites de redes sociais na sociedade da vigilância” (2010-2013), financiado pelo Fundo Austríaco para a Ciência. E-mail: <http://fuchs.uti.at/> / christian.fuchs@im.uu.se

1. Agradecimentos: a pesquisa apresentada neste artigo é parte do projeto *Sites de redes sociais na sociedade da vigilância*, financiada pelo Fundo Austríaco para a Ciência, projeto número P 22445-G17, sob coordenação do Prof. Dr. Christian Fuchs.

D

Como podemos definir vigilância?

INTRODUÇÃO

Vigilância de detetive pelo *News of the World*: o quê Rebekah Brooks sabia. [...] Como editora do *News do the World* Rebekah Brooks foi interrogada sobre o fato de que os recursos de seu jornal teriam sido usados em nome de dois suspeitos de assassinato para espionar o detetive sênior que investigava o crime a que respondiam. (*The Guardian*, 6 de Julho, 2011).

Vigilância sistemática de empregados pela Lidl: câmeras escondidas, relatórios com páginas de monitoramento: A Lidl colocou seus empregados sob vigilância em muitas de suas lojas. Foram monitoradas as conversas particulares, as situações vividas e a maneira com que os empregados trabalhavam. O fato da espionagem secreta ser ilegal parece ter perturbado pouco a empresa alimentícia. (*Der Spiegel*, 26 de março, 2008; traduzido do Alemão).

Grampo e outros aparatos e métodos para escuta. O grampo e a escuta eletrônica são relativamente tão antigas quanto o próprio telefone. Mas os debates sobre o grampo intensificaram-se nos últimos anos, assim como a pressão para combater o terrorismo depois dos ataques do 11 de setembro e da rápida transformação tecnológica que levou a uma expansão sem precedentes da vigilância eletrônica. (*New York Times*, 9 de outubro de 2010).

Mais empregados vigiados no trabalho. Empregados estão sendo submetidos a uma tutela constante porque seus chefes estão usando equipamento de vigilância para manterem-se informados de quão duro eles trabalham, como nos revela pesquisa realizada. Mais da metade dos empregados declaram que seus gerentes usam sistemas eletrônicos para saber de seu trabalho. (*The Telegraph*, 9 de janeiro de 2008).

Ato de vigilância da inteligência estrangeira (Foreign Intelligence Surveillance Act -FISA): [...] Em 31 de março de 2010, um juiz federal decretou que o programa de vigilância sem garantias da Agência Nacional de Segurança era ilegal, negando o esforço do governo Obama para manter vigorando em segredo uma das políticas antiterroristas mais polêmicas do ex-presidente George W. Bush. (*New York Times*, 1 de abril de 2010).

ESTES RECORTES DE notícias retirados aleatoriamente de jornais nos dão uma ideia do quão importante o tema da vigilância tornou-se para a mídia e para nossas vidas. A vigilância econômica e estatal parecem ser os dois assuntos que afetam a vida de todos os cidadãos do mundo. As instituições econômicas estão associadas tanto à vigilância no local de trabalho/pessoal quanto à vigilância sobre o consumidor de modo a possibilitar o processo

de acumulação de capital. As instituições estatais (como a polícia, as forças armadas, os serviços secretos e a previdência social¹) estão usando a vigilância para organizar e gerenciar a população. Isso tudo acontece num contexto de expansão e intensificação da vigilância (Ball e Webster, 2003; Lyon, 2003) no imperialismo pós 11 de setembro, que teme o terrorismo e ao mesmo tempo em que gera o próprio fenômeno e no contexto de regimes corporativos neoliberais, que subjugam esferas e partes cada vez maiores da vida à lógica das *commodities* (Harvey 2003, 2005). Se as organizações são uma fonte e um espaço importante de vigilância, então é importante pensar como a vigilância pode ser definida.

A partir do fato de que há muita discussão sobre a vigilância e a sociedade da vigilância, é uma tarefa importante para a Academia discutir e esclarecer o significado desses termos já que os debates acadêmicos, até certo ponto, informam e influenciam os discursos públicos e políticos. O propósito deste artigo é explorar e comparar maneiras de definir a vigilância. Para dar sentido aos conceitos que descrevem realidades da sociedade, a teoria social faz-se necessária. Assim a teoria social é usada neste artigo para discutir maneiras de definir a vigilância. “Viver em ‘sociedades da vigilância’ pode colocar desafios fundamentais – ontológicos” (Lyon, 1994: 19). A filosofia social é um caminho para esclarecer as questões ontológicas que dizem respeito à natureza e realidade básicas da vigilância.

Trato da noção de vigilância sugerindo uma tipologia possível para defini-la. De um lado vejo os conceitos neutros sobre vigilância, que é entendida como uma qualidade ontológica de todas as sociedades ou de todas as sociedades modernas e identificam, além dos aspectos negativos, também as qualidades concretas ou em potencial da vigilância. Exemplos de conceitos neutros sobre a vigilância serão discutidos na segunda parte deste texto. Os conceitos negativos sobre a vigilância consideram-na como inerentemente associada à violência e à dominação. Conceitos exemplares serão debatidos na terceira parte. O esforço deste artigo não é sugerir que uma distinção/tipologia dos conceitos/teorias/definições de vigilância é possível, mas argumentar que um discurso sobre os tipos de vigilância pode ser entendido como importante para revelar pontos em comum e diferenças entre as diversas abordagens. Do meu ponto de vista é especialmente necessário explicar, além das características comuns dos estudos sobre vigilância, também as diferenças entre as várias abordagens porque a controvérsia construtiva é uma maneira de avançar o estado de um campo e é um sinal de que um campo de estudo está vivo e bem.

A perspectiva geral que este artigo revela é que a vigilância não deveria ser definida de uma maneira neutra, mas, sim, num sentido negativo. Na quarta parte são apresentadas razões para esse posicionamento e argumentos que

1. Social security and unemployment offices

D

Como podemos definir vigilância?

questionam a vigilância neutra. Finalmente, algumas conclusões são delineadas na parte cinco.

CONCEITOS NEUTROS DE VIGILÂNCIA

Os conceitos neutros de vigilância trabalham com uma ou mais das afirmações a seguir:

- Há aspectos positivos na vigilância;
- A vigilância tem dois lados, é facilitadora e constrangedora;
- A vigilância é uma faceta fundamental em qualquer sociedade;
- A vigilância é necessária como forma de organização;
- Qualquer tipo de recuperação sistemática de informações é um tipo de vigilância.

Max Horkheimer argumenta que as teorias neutras sobre a vigilância “definem conceitos universais a partir dos quais todos os fatos do campo em questão devem ser subsumidos” (Horkheimer, 1937/2002: 224). Os conceitos associados a uma vigilância do tipo neutra entendem-na como uma categoria ontológica, vista como sendo válida universalmente e como algo característico de todas as sociedades ou de todas as sociedades modernas.

Anthony Giddens nos oferece um conceito neutro de vigilância muito marcante. O autor associa vigilância ao acúmulo de informações definidas como materiais simbólicos que podem ser armazenados por um esforço coletivo assim como à supervisão da atividade de subordinados por parte de seus superiores no interior de uma dada coletividade (Giddens, 1981: 169). Vigilância é “a codificação de informações importantes para a administração de uma população de sujeitos, mais a direta supervisão destes por representantes oficiais e administradores de todo tipo” (Giddens, 1984: 183). Com a emergência da sociedade moderna, capitalista, como Giddens argumenta, o Estado-nação e a vigilância tornaram-se os mecanismos fundamentais de integração. “A vigilância como mobilização do poder administrativo – através do armazenamento e controle de informação – é a forma primária de concentração de recursos autoritários envolvidos na constituição do Estado-nação” (Giddens 1985: 181). O Estado moderno faz uso da vigilância no sentido em que reúne informações sobre uma população alvo com o objetivo de possibilitar a organização e controle geral. A reunião de informações incluía informações sobre nascimentos, casamentos, mortes, estatísticas demográficas e fiscais, ‘estatísticas morais’ (relacionadas ao suicídio, divórcio, delinquência e assim por diante) etc. e resultava no poder do Estado e na organização burocrática. As tecnologias computacionais expandiriam a vigilância no sentido do controle da

informação. A tecnologia moderna também possibilitaria um controle técnico e de supervisão de trabalhadores que é uma forma muito mais anônima do que a supervisão cara a cara que foi usada nos tempos iniciais do capitalismo. Giddens entende vigilância como um processo fundamental da reunião de informações que é necessária para a organização. Para Giddens, os atos de organizar e vigiar estão inextricavelmente ligados e teriam assumido formas sistemáticas no Estado-nação moderno. Dessa forma, o autor argumenta também que todas as sociedades modernas são sociedades da informação (Giddens, 1987: 27; ver também: Lyon, 1994: 27). Dandeker (1990) reforça, com base em Giddens, que burocracias exigem vigilância.

Uma das queixas com relação aos conceitos neutros de vigilância é que assumem um lado positivo da vigilância ou que haja um lado negativo da mesma forma que um positivo. Kevin Haggerty (2006) argumenta que os estudiosos da vigilância não querem atentar para os aspectos positivos da vigilância, como no controle de doenças infectocontagiosas ou da vigilância parental porque “estão treinados numa tradição crítica” (Haggerty, 2006: 36). David Lyon diz que a vigilância tem duas facetas, uma facilitadora e outra restritiva (Lyon, 1994: ix). Elia Zureik diz que a vigilância é “desengajadora assim como facilitadora” (2003: 42).

A vigilância pode servir para fins de proteção, administração, cumprimento de regras, documentação e de estratégias ao mesmo tempo em que para objetivos relacionados a manipulação inapropriada, a limitar oportunidades de vida, ao controle social e à espionagem. [...] Em graus variados, a vigilância é uma propriedade de qualquer sistema social – seja entre dois amigos, num local de trabalho ou num governo. (Marx, 2007: 535).

Outro argumento dos conceitos neutros de vigilância é entender a vigilância como um fenômeno universal, podendo ser detectado em todas as sociedades.

Vigilância

é vista não apenas como sendo tanto para proteção e facilitação mas também como estando altamente implicada na estrutura da regulamentação totalitária. A vigilância é reconhecida como sendo pilar de todas as sociedades humanas já que o ato de socialização seria impensável sem a vigilância dos adultos. De que outra forma as crianças poderiam ser formadas como membros competentes de uma cultura? (Norris e Armstrong, 1999: 5).

“De uma forma ou de outra, ela [a vigilância] é um processo social básico e ubíquo, que ocorre em patamares desde a família às burocracias estatais – onde quer que um grupo tente moldar o tratamento dado ao outro na base da performance passada deste último” (Rule, 2007: 14).

D

Como podemos definir vigilância?

Muitos exemplos de definições neutras de vigilância podem ser oferecidos. A seguinte lista é exemplar e de forma nenhuma tenta ser completa.

A vigilância envolve a observação, a gravação e a categorização de informações sobre pessoas, processos e instituições (Ball e Webster, 2003: 1). Ball e Webster (2003: 7) identificam além de três formas negativas de vigilância (desconfiança categórica, sedução categórica, exposição categórica) também uma forma positiva, nomeadamente o cuidado categórico.

Dandeker (2006: 225) identifica três sentidos para o termo vigilância: “(1) a reunião e armazenamento de informações, presumidamente úteis, sobre pessoas ou objetos; (2) a supervisão de atividades de pessoas ou objetos pela sistematização de instruções ou a arquitetura física dos ambientes naturais ou construídos; e (3) a aplicação das atividades de recuperação de informações para o trabalho de monitoramento daqueles que estão sob supervisão e, no caso de uma população de sujeitos, o cumprimento das instruções, ou no caso de populações em geral, o cumprimento dos acordos, ou o simples monitoramento de seus comportamentos a partir dos quais, como no controle de doenças, podem ser expressos como sendo benéficos”.

A vigilância envolve a reunião e a análise de informações sobre populações de forma a governar suas atividades” (Haggerty e Ericson, 2006: 3).

A vigilância é “a reunião e processamento de informações pessoais para regular, controlar, gerenciar e permitir o comportamento individual e coletivo” (Hier e Greenberg, 2007: 381).

Vigiar algo significa essencialmente observar e guardar. A tutela não é um simples constrangimento, mas uma arte de controle que faz com que seja seguro algo se movimentar livremente. Você acompanha de perto seu filho enquanto ele está brincando ou, alguém representa um perigo perto de você sem que você nem perceba (Bogard, 2006: 98).

A informação pessoal sistematicamente recolhida, em outras palavras, fornece as bases para que as instituições determinem como adequar o tratamento para cada indivíduo. Eu os denomino como sistemas operacionais de vigilância de massa. A vigilância de massa é um aspecto distintivo e decorrente do nosso tempo. Seja realizada por agências governamentais ou organizações do setor privado, ela molda a maneira como nos aproximamos das grandes instituições e o tratamento que recebemos quando estamos em suas mãos. A vigilância nesse sentido não implica necessariamente uma intenção prejudicial. [...] O que mudou nos últimos cem anos é o surgimento da vigilância de massa, burocrática e baseada no registro/armazenamento formal. Essa forma de vigilância vai da benigna à repressiva

– dos sistemas de informações pessoais que dá suporte ao cuidado intensivo em hospitais àqueles mobilizados para caçar e capturar terroristas. (Rule, 2007: 14).

A vigilância é “o ato de monitorar o comportamento de outros, seja em tempo real usando recursos de câmera, de áudio, monitoramento do tipo *key-stroke* (registro do que é digitado no teclado), ou num tempo determinado a partir da recuperação de dados de movimentações na internet”. (Wall, 2007: 230).

CONCEITOS NEGATIVOS DE VIGILÂNCIA

Para Max Horkheimer, o “método da negação” é “a denúncia de tudo que mutila a humanidade e impede seu livre desenvolvimento” (Horkheimer, 1947/1974: 126). Para Herbert Marcuse, as categorias negativas são “uma acusação da totalidade da ordem existente” (Marcuse, 1941: 258) e ao mesmo tempo “já contém suas próprias negações e transcendências” (Marcuse, 1936/1988: 86). Conceitos negativos “contêm uma acusação e um imperativo” (p. 86). Para Horkheimer, o objetivo é “um estado de coisas em que não haverá exploração ou opressão” (Horkheimer, 1937/2002: 241), uma “sociedade sem injustiça” (p. 221). Teorias têm como “objetivo a emancipação do homem em relação à escravidão” (p. 249) e “a felicidade de todos os indivíduos” (p. 248). Isso requer “a idéia de autodeterminação para a raça humana, que é a ideia de um estado de coisas em que as ações do homem não derivam mais de uma mecanismo mas de sua própria decisão” (p. 229). Tal sociedade é moldada por “seres razoáveis, e lutando por paz, liberdade e felicidade” (p. 222) e “a conquista de justiça entre os homens” (p. 243).

Nos conceitos gerais de vigilância ela é apresentada como um fenômeno geral e universal das sociedades, não existindo apenas nas sociedades contemporâneas ou heterônomas, mas naquelas de todos os tipos. É conceituada como um fenômeno social positivo, autoevidente e constante. Um conceito negativo de vigilância aponta para um aspecto negativo das estruturas de poder, das sociedades contemporâneas e das sociedades heterônomas. A maneira como se apropria da noção de vigilância denuncia e sinaliza a existência de sociedades dominantes e dominadas. Dessa forma, aponta para um caminho de emancipação e de uma sociedade sem dominantes, que é concebida como sendo uma sociedade também sem vigilância. Numa teorização negativa, a vigilância é um conceito que está inerentemente ligado à coleta de informações para propósitos de dominação, violências e de coerção e, assim sendo, ao mesmo tempo acusa tais estados da sociedade e faz exigências políticas tendo em vista uma sociedade participativa, cooperativa e sem dominação. Esta não é apenas uma sociedade em que formas cooperadas de produção e de propriedade substituem classes

D

Como podemos definir vigilância?

sociais e a exploração da mais valia, mas também sociedades em que o cuidado e a solidariedade – em resumo: o socialismo democrático – substitui a vigilância. Um conceito neutro de vigilância é um desserviço para uma teoria crítica da vigilância, que torna a crítica mais difícil e pode acabar fundamentando a valorização e a normatização ideológica da vigilância.

O pensador mais influente para a elaboração de conceitos de uma vigilância negativa é Michel Foucault. Howard Rheingold argumenta que Foucault “foi para a vigilância o que Darwin foi para a biologia evolucionista” (2002: 188).

Para Foucault, o marxismo, por um lado, não é tão diferente do liberalismo porque eles compartilham, como ele argumenta, uma crença que é típica do século XIX, o “cumprimento de um fim para a História” (Foucault, 1973: 261). Por outro lado, Foucault se refere a Marx quando discute o papel da vigilância e do poder disciplinar na produção (Foucault, 1977: 163-175-221). Foucault (1973) assume com base em Nietzsche que a história se processa através de diferenças e em descontinuidades radicais. De qualquer forma, ele não descarta a análise marxista: “É muito claro que estamos vivendo num regime ditatorial de classe, de um poder de classe que se impõe pela violência, ainda que os instrumentos dessa violência sejam institucionais e constitucionais, e nesse nível, não há nenhuma questão de democracia para nós” (Chomsky e Foucault, 2006: 39). Instituições como a família, a universidade, a medicina, os sistemas educacionais, a psiquiatria, “são feitas para manter certa classe social no poder e excluir os instrumentos de poder de outra classe”. (Chomsky e Foucault, 2006: 40).

Para Foucault a vigilância é uma forma de poder disciplinar. Disciplinas são “fórmulas gerais de dominação” (Foucault 1977:137), isso inclui os mecanismos penais (p. 177), que encerram os seres humanos em instituições como escolas, orfanatos, centros de treinamento, forças armadas, cidades, fábricas, prisões, reformatórios, centros psiquiátricos, hospitais, asilos, etc como forma de controlar seu comportamento e de separá-los e classificá-los (Foucault, 1977: 141); ver também 1994: 57, 75) e para normatizar, punir, hierarquizar, homogeneizar, diferenciar e excluir (Foucault, 1977: 183). Foucault argumenta que com o objetivo de assegurar a dominação, as disciplinas fazem uso de certos métodos como a observação hierárquica, o julgamento normatizante e o exame (p. 170). O instrumento da observação hierárquica estabelece a conexão disciplinas/vigilância porque “o exercício da disciplina pressupõe um mecanismo que gera coerção por meio do jogo do olhar” (p. 170). Os “meios de coerção tornam claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (p. 171). Para Foucault o poder disciplinar é característico também da lógica do capitalismo. “O Liberalismo se torna um mecanismo contínuo tendo que arbitrar entre a liberdade e a segurança dos indivíduos por referência a essa noção de

perigo” (Foucault, 2008: 66). Uma decorrência do “liberalismo e da arte liberal do governo é a extensão dos procedimentos de controle, constrangimento e coerção” (Foucault, 2008: 67). “A liberdade econômica, o liberalismo no sentido que eu estava tratando, e as técnicas disciplinares são completamente ligados um ao outro” (Foucault, 2008: 67).

A vigilância do panóptico secretamente guarda “um conhecimento sobre o homem” (Foucault, 1977: 171), conhecimento sobre “se o indivíduo” está “se comportando como deve, de acordo com as regras ou não” (Foucault, 1994: 59). É “permanente, exaustiva, onipresente” (Foucault, 1977: 214). A vigilância está baseada num “princípio de visibilidade compulsória” que é exercitada através da invisibilidade do poder disciplinar (p. 187), ele “precisa ver sem ser visto” (p. 171), é “capaz de fazer tudo ficar visível, com tanto que possa ele mesmo ficar invisível” (p. 214), é um “sistema de registro permanente” (p. 196) no qual “todos os eventos são gravados” (p. 197), uma “máquina para desassociar o par ver/ser visto” (p. 202), “vê-se tudo, sem nunca ser visto” (p. 202). “Ele é visto, mas não vê; ele é objeto de informação, nunca um sujeito em comunicação” (p. 200). “Nós vivemos numa sociedade em que o panoticismo reina” (Foucault, 1994: 58). Para Foucault, a vigilância é inerentemente coercitiva e dominadora - a negatividade é a pura imanência da vigilância.

A ideia do panóptico é uma ideia moderna num certo sentido, mas nós também podemos dizer que ela é totalmente arcaica já que o mecanismo do panóptico envolve basicamente colocar alguém no centro - um olho, um olhar, um princípio de vigilância - que será capaz de exercer sua função soberana sobre todos os indivíduos [colocados] dentro dessa máquina de poder. Nesses termos é que podemos dizer que o panóptico é o sonho mais antigo do mais antigo dos soberanos: nenhum dos meus sujeitos pode escapar e nenhuma de suas ações me é desconhecida. O ponto central do panóptico ainda funciona como se fosse como um soberano perfeito (Foucault, 2007: 93).

Foucault argumenta que desenhar tabelas era uma das questões mais importantes no poder disciplinar do século XVIII (Foucault, 1977: 148). A tabela é um “procedimento de saber” (p. 148), a vigilância e o poder disciplinar produzem realidade, conhecimento sobre indivíduos (p. 194). A vigilância sempre inclui “uma rede de escrita” e “toda uma massa de documentos” (p. 189). Na sociedade contemporânea, as tabelas assumem a forma de bases de dados digitais que guardam grande quantidade de dados que podem ser automaticamente coletados, acessados, manipulados e remixados, estão disponíveis em tempo real, são distribuídos em alta velocidade por todo o mundo, são fáceis e baratos de coletar e distribuir, e podem ser duplicados sem destruir o dado original. As

D

Como podemos definir vigilância?

bases de dados no computador permitem uma extensão e uma intensificação da vigilância baseada em tabelas. O computador e a rede de computadores usada para vigilância representa uma das “inovações da escrita disciplinar” (p. 190) da era contemporânea. A conexão poder/saber que Foucault ressalta como constitutiva para a vigilância assume a forma poder/dados digitais na era da informação.

Um certo número de autores argumenta, que a noção foucaultiana de panóptico pode ser usada na caracterização e na crítica das sociedades contemporâneas. Gordon (1987) trata do panóptico eletrônico. Zuboff (1988) entende que os computadores fizeram avançar o panoticismo no local de trabalho. Poster (1990) cunhou a noção de superpanóptico: “Os circuitos de comunicação que existem hoje e as bases de dados que eles geram constituem um Superpanóptico, um sistema de vigilância sem paredes, janelas, torres ou guardas” (Pôster, 1990: 93). Gandy (1993) define o panóptico como

uma máquina da diferença que localiza os indivíduos em categorias e classes com base em medições de rotina. É uma tecnologia discriminatória que aloca opções e oportunidades na base dessas medidas e dos modelos administrativos que eles mantêm (Gandy, 1993: 15).

É um sistema de poder e de vigilância disciplinar que identifica, classifica e avalia (Gandy, 1993: 15). James Boyle (1997) argumenta que os trabalhos de Foucault oferecem uma alternativa à presunção feita pelos libertários da internet de que o ciberespaço não pode ser controlado tendo em vista gerar “idéias sugestivas sobre de que maneiras o poder pode ser exercido na internet” (Boyle, 1997: 184). Robins e Webster defendem que na denominação que dão à sociedade cibernética “o computador alcançou [...] a extensão e a intensificação do controle panóptico” (Robins e Webster, 1999: 180, ver também p. 118-122). Eles focam na vigilância do consumidor e do Taylorismo social. Webster (2002: 222) argumenta que os computadores geram um panóptico sem barreiras físicas. Elmer (2003) fala da vigilância pelo panóptico diagramático. Mathiesen (2004) argumenta que o panóptico, onde poucos vêem muitos é acompanhada, na sociedade contemporânea, pelo sinóptico que se baseia na mídia massiva e “na qual os poucos vêem e investigam sobre muitos” (Mathiesen, 2004: 98) de maneira que os receptores das mídias são silenciados.

Essas abordagens mostram que Foucault tem uma dada importância nos estudos contemporâneos sobre vigilância. Contudo, um número considerável de estudiosos questiona a adequação das teorias foucaultianas para analisar a vigilância contemporânea. Lyon (1994: 26, 67) argumenta que a noção foucaultiana de panóptico não atenta para dois aspectos centrais da vigilância

contemporânea: as tecnologias da informação e o consumo. Isso certamente é verdade, mas Foucault se concentra em formas históricas e mais antigas de vigilância. O método genealógico recupera a vigilância com exemplos de um passado histórico objetivando identificar princípios mais gerais de vigilância para a modernidade. O autor ressalta que a vigilância é um fenômeno aberto e histórico; a análise que faz pode ser assim aplicada ao contexto contemporâneo. Foucault defende que os mecanismos disciplinares têm a capacidade de multiplicação (Foucault, 1977: 211), eles podem se espalhar pela sociedade. Este princípio permite dar uma explicação para a extensão da vigilância no âmbito da TI e do consumo na sociedade contemporânea.

Alguns estudiosos argumentam que a noção de Foucault de vigilância está desatualizada porque ela hoje não estaria centralizada, mas operaria de forma descentralizada e em rede, de forma que não haveria um poder vigilante central, mas muitos agentes dispersos e heterogêneos de vigilância.

Certamente, a vigilância hoje é mais descentralizada, menos sujeita a restrições espaciais e temporais (localização, horário do dia, etc.), e menos dirigida do que nunca pelos dualismos entre observador e observado, sujeito e objeto, indivíduo e massa. O sistema de controle é desterritorializante (Bogard, 2006: 102).

Lace (2005: 210) defende que “alusões ao escrutínio do Big Brother estão se tornando datadas – ao invés delas estamos agora nos movendo em direção a uma sociedade de ‘pequenos irmãos’” (ver também Castells, 2004: 342; Solove, 2004: 32) que denomina uma sociedade da vigilância democratizada.

Haggerty e Ericson (2000/2007) definem a vigilância com base em Gilles Deleuze e Félix Guattari como *assemblage*. A *assemblage* daquele que vigia significa “um nivelamento rizomático da hierarquia de vigilância, de tal forma que grupos que eram inicialmente isentos da rotina de vigilância agora são cada vez mais monitorados” (Haggerty e Ericson, 2000/2007: 104). Eles defendem que uma pessoa poderia compreender a vigilância contemporânea com ferramentas analíticas diferentes daquelas de Foucault e Orwell. Haggerty (2006) indica a desestruturação da noção foucaultiana de panóptico. Haggerty e Ericson (2000/2007) defendem que a vigilância na contemporaneidade é heterogênea, envolve humanos e não-humanos, instituições estatais e extraestatais, “permite o escrutínio dos poderosos tanto pelas instituições quanto pela população em geral” (Haggerty e Ericson 2000/2007: 112). Eles interpretam Mathiesen entendendo que sinoticismo significa “formas de observação ‘invertidas’” (Haggerty e Ericson, 2000/2007: 113). Hier defende que a *assemblage* do vigilante faz surgir “uma democratização parcial das hierarquias de vigilância” (2003, 2007: 118).

D

Como podemos definir vigilância?

Do meu ponto de vista, a intenção de Thomas Mathiesen quando formulou o conceito de sinótico não era, como infelizmente deixa subentender o uso do termo feito por Haggerty e Ericson, defender que a vigilância tinha se tornado uma forma de democracia. Ele não sugeria que o sinótico faz surgir uma vigilância democrática, mas que o panóptico e o sinótico estão interligados, “nutrem-se um do outro” (Mathiesen, 1997: 231) e são estruturas de dominação. Ele aponta que o sinótico da mídia massiva “em primeiro lugar direciona e controla ou disciplina nossa consciência” (Mathiesen, 1997: 230) e refere-se nesse contexto aos teóricos críticos Enzensberger, Adorno, e Horkheimer e à teoria da Indústria Cultural. Mathiesen diz que no sinótico há “um sistema extensivo que possibilita muitos a verem e poucos contemplarem” ao passo que no panóptico poucos “vêm e supervisionam muitos” (Mathiesen 1997, 219). Há uma diferença entre ver e supervisionar, na conceituação de Mathiesen muitos não têm o poder de supervisionar poucos, mas poucos têm poder de supervisionar muitos. O sinótico não é um sistema democrático, como estudiosos como Haggerty e Ericson defendem. Ele não vê uma alternativa otimista para Foucault na existência, mas ao contrário em “coisas que são muito piores do que Foucault imaginou” (Mathiesen, 1997: 231).

Foucault entende que as formas históricas que analisou têm um “ponto central” (Foucault, 1977: 173), uma “torre central” (p. 207) que ilumina tudo e que é “um *locus* de convergência para tudo que precisa ser conhecido” (p. 173), “um olho perfeito” (p. 173), “um centro em direção ao qual todos os olhares devem se voltar” (p. 173), a partir do qual toda ordem deriva e no qual todas as atividades são gravadas (p. 174). Devido à disponibilidade das redes digitais, a vigilância opera com ajuda de redes globais descentralizadas e que podem, em princípio, ser exercidas por muitos atores com acesso a tais redes. Não há um único ponto geográfico de acesso à informação, ela pode ser acessada de qualquer lugar. Da mesma forma, não há uma única base de dados eletrônica para vigilância, mas muitas dispersas que podem ser usadas em conjunto por atores poderosos com o objetivo de realizar pesquisa interligada de dados. Estas são mudanças tecnológicas importantes, mas é uma crença pós-modernista errônea a de que a vigilância torna-se simétrica e pode ser exercida por todos. Reunir uma grande quantidade de dados sobre muitas pessoas é complexo, intensa no tempo e nos recursos, atores que controlam o dinheiro e o poder burocrático podem dessa forma conseguir isso mais facilmente. Por exemplo, as empresas e os Estados são atores privilegiados na condição da vigilância pois controlam o poder econômico e político. Para obscurecer este poder desigual a geografia da vigilância torna trivial as realidades coercitivas da vigilância

econômica e política. Se entendermos que Foucault diz que os atores poderosos controlam o poder disciplinar, então a noção de uma vigilância centralizada e hierárquica ainda é válida. É mais fácil exercer um contrapoder, mas há uma distribuição desigual de poder. A vigilância como relação social está vinculada a relações sociais assimétricas que têm uma tendência para a centralização de poder e para a organização hierárquica. As tecnologias da vigilância têm migrado de métodos geográficos centralizados e temporalmente descontínuos para métodos geograficamente descentralizados e temporalmente contínuos. A análise foucaultiana não exclui que os métodos de vigilância possam se tornar mais descentralizados e dispersos porque ele defende que a vigilância é “uma rede de relações do topo à base, mas também em certo sentido da base para o topo e lateralmente” (Foucault, 1977: 176).

O entendimento de que as empresas e os Estados são os atores centrais da vigilância pode, por exemplo, ser encontrado nos trabalhos de Toshimaru Ogura e Oscar Gandy.

Toshimaru Ogura defende que “as características comuns da vigilância são aquelas de gerenciamento de populações baseadas no capitalismo e no Estado nação” (2006: 272). Ele distingue estágios de desenvolvimento da vigilância na era moderna: 1) vigilância no local de trabalho; 2) gerenciamento de populações no Estado nação; 3) a mídia massiva e a propaganda como ferramentas de controle e manipulação da mente humana; 4) a vigilância computadorizada que permite novas formas de *marketing* baseadas na seleção social de consumidores; 5) vigilância baseada nas TICs em rede.

A intenção da vigilância na sociedade capitalista moderna é controlar e mobilizar cada indivíduo, mão de obra e integrar as variadas indidentidades dos sujeitos numa identidade nacional. [...] A sociedade moderna/pós-moderna orientada para a vigilância está trilhando um ceticismo profundo com relação aos seres humanos. Em outras palavras, a sociedade moderna/pós-moderna tem inerentemente um tipo de fetichismo instrumental no centro de sua visão de mundo. Ela assume, assim, que o ser humano está na raiz da incerteza, que as máquinas não erram e que seguir instruções atentamente é um modelo ideal para humanos. (Ogura. 2006: 277).

Para Oscar Gandy, as empresas e o Estado são os atores centrais que conduzem a vigilância. “O gênero do panóptico é uma tecnologia que foi desenhada e está em contínua revisão para servir aos interesses de quem toma decisões dentro do governo e nas burocracias empresariais” (Gandy, 1993: 95). Gandy defende que o gênero do panóptico é um sistema antidemocrático de controle da existência humana (p. 227), ameaça a autonomia do indivíduo porque informações pessoais

D

Como podemos definir vigilância?

tornam-se disponíveis para aqueles que podem tomar decisões sobre as opções que uma pessoa tem (p. 180), porque alguns aspectos de uma pessoa são usadas por outros sem permissão (p.186), por exemplo, por empresas.

Muitas definições contemporâneas de vigilância não incluem uma distinção entre relações sociais e as forças tecnológicas da vigilância. Não está claro se a vigilância é considerada como uma tecnologia ou uma relação social. Defendo, assim, que é importante distinguir e perceber a diferença entre tecnologias de vigilância (o que pode ser denominado como as forças produtivas da vigilância, o que também aponta na direção do desenvolvimento histórico da produtividade das tecnologias de vigilância) e estruturas sociais/sociais de vigilância (as relações de produção da vigilância).

A vigilância é hoje panóptica não porque as tecnologias de vigilância estão centralizadas e hierarquizadas (elas são mais dispersas e descentralizadas, como no exemplo da internet), mas porque o Estado e as empresas são atores dominantes e acumulam poder que podem usar para a vigilância disciplinar (disciplinando o comportamento econômico e político).

Para Foucault, a vigilância é um instrumento de poder disciplinar. Ele enfatizou que “o termo ‘poder’ designa relações” (Foucault, 1994: 337), “isto traz em questão relações entre indivíduos” (p. 337). A vigilância é uma relação social entre seres humanos e que envolve o poder disciplinar. Faz uso de instrumentos para produzir saber sobre estes mesmo seres humanos com o objetivo de coagir e dominá-los. Reduzir a vigilância ao nível das tecnologias de vigilância não apenas a afasta de sua dimensão social, é uma forma de reducionismo tecnológico-determinista e de fetichismo que reifica a vigilância e dessa forma destrói o potencial crítico do conceito.

O Big Brother prevê um poder autoritário centralizado que visa ao controle absoluto, mas os dossiês digitais produzidos por estes negócios não são controlados por um poder central, e o objetivo deles não é oprimir, mas nos fazer comprar novos produtos e serviços (Solove, 2004: 7).

Embora cada empresa colete dados para seu próprio *marketing* e com propósito de acumulação, certa parte desses dados são negociados e descentralizados, resultado de intercâmbio e coleta de um poder centralizador do capital como totalidade sobre os cidadãos. Propaganda e *marketing* são também formas de opressão porque têm como objetivo a acumulação de capital que beneficia apenas algumas pessoas em termos financeiros. Solove (2004) prefere a noção de vigilância burocrática pouco transparente de *O Processo*, de Kafka, à noção de Big Brother ou à ideia de panóptico para descrever a vigilância contemporânea. A falta de transparência é uma faceta da vigilância atual pela internet porque

muitos dados sobre nós são armazenados sem mesmo sabermos. Mas essa falta de transparência ajuda dois atores coletivos poderosos, o capital e o Estado, a controlarem nossas vidas, o que significa que *as irmãzinhas*² transformam-se em dois panópticos Big Brothers.

2. N.T. Little sisters no original

Deleuze (1995) enfatizou que a dominação contemporânea opera com base no autocontrole, na identificação, na inclusão, nas redes, nas modulações, na flexibilidade. Deleuze compara o indivíduo pós-fordista a uma serpente e o indivíduo fordista a uma toupeira. Indivíduos dentro de um capitalismo flexível têm de ser ágeis como uma cobra, flexíveis, inovadores, motivados, dinâmicos, modernos e jovens para poderem sobreviver. A compulsão repetitiva das relações econômicas força os indivíduos a se engajarem totalmente na exploração econômica de si mesmos, a responderem positivamente às estratégias de gerenciamento de participação segundo as quais devem ser criativos, vir com novas ideias, inovar sempre sem ganhar direitos autorais (ver Fuchs, 2008: 148-153). O autocontrole de que Deleuze trata é uma ideologia no sentido de um saber que falha em identificar a essência do fenômeno real. Para Georg Lukács, uma ideologia “ultrapassa a essência da evolução da sociedade e falha em apontá-la e expressá-la de forma adequada” (Lukács, 1971: 50). Slavoj Žižek defende que “‘o ideológico’ é uma realidade social cuja existência mesma implica o desconhecimento e seus participantes em relação sua essência” (Žižek, 1994: 305). Indivíduos que controlam a si mesmos identificam-se com sua própria exploração e dominação, eles consentem e participam ativamente de sua reprodução. Eles não reconhecem ou não podem reconhecer a verdadeira natureza das relações das quais participam. O autocontrole não é um processo de vigilância porque não está baseado na recuperação de dados externos para fins de repressão. Nenhuma supervisão externa para fins disciplinares se faz necessária no caso do autocontrole, os indivíduos disciplinam a si mesmos (ver especialmente Murakami Wood, 2007). Em meu universo categórico, a noção deleuziana de autocontrole é útil para descrever a obliteração parcial da vigilância pelo autocontrole e pela ideologia. A vigilância não desaparece, mas em muitos casos é implementada como um mecanismo de segurança, de forma que a vigilância e o autocontrole são usados como dois mecanismos (um de violência direta e um de violência ideológica) para reproduzir e assegurar a dominação. Os administradores são chamados de estrategistas para não se verem mais como vigilantes, mas como parceiros da força de trabalho. Nos casos em que a administração participativa não funciona para assegurar e aumentar a produtividade e a eficiência, os sistemas de vigilância operam para garantir um mecanismo disciplinar duplo que conduz à lucratividade.

D

Como podemos definir vigilância?

Para John Fiske, a vigilância é sempre um poder totalitário:

A vigilância é o poder de conhecer sem ser conhecido, de ver sem ser visto. [...] toda vigilância é totalitária, pois não permite que suas vítimas tenham voz na maneira como ela opera, e não devemos permitir que o aspecto benigno geral de seus usos mascare este fato (Fiske, 1996: 46 e 241).

Em suma, podemos dizer que as abordagens negativas tendem a definir a vigilância como a reunião de dados, sobre indivíduos ou grupos, que são usados para que o controle da disciplina de comportamentos possa ser exercida com base na ameaça de serem alvo de violência. A noção negativa da vigilância pode, por exemplo, ser encontrada nos trabalhos de Foucault, nos estudos sobre vigilância do neo-foucaultianismo, nas abordagens de representantes da economia política crítica da vigilância (Gandy, Ogura), e nos estudos culturais da vigilância (Fiske). A vigilância é uma expressão da razão instrumental e da competição porque está baseada na ideia de que outros são observados e as informações sobre seu comportamento, ideias, aparência, etc. são reunidas a fim de que possam ser controlados e disciplinados e que escolham certas ações e evitem outras consideradas indesejáveis. Interesses e comportamentos competitivos estão associados, o grupo controlador, classe ou indivíduos, tenta forçar aqueles que são vigiados a evitar certas ações permitindo aos últimos que informações sobre eles estejam disponíveis e que possam ser usadas em ações que poderiam ter influência negativa em suas vidas. A vigilância opera com a ameaça e o medo; é uma forma de violência psicológica e estrutural que pode transforma-se em violência física.

De acordo com as hipóteses de Ogura (2006) e Gandy (1993) de que uma característica comum da vigilância é o gerenciamento de populações baseadas no capitalismo e/ou no Estado nação, podemos identificar as vigilâncias econômica e política como sendo as duas maiores formas de vigilância. A vigilância pelo Estado nação e pelas empresas tem o objetivo de controlar o comportamento de indivíduos e de grupos; por exemplo, eles podem ser forçados a se comportarem ou não de certas maneiras porque sabem que sua presença, movimentos, localização ou ideias são ou podem ser vistas pelos sistemas de vigilância. No caso da vigilância política eletrônica, indivíduos são ameaçados pelo exercício potencial da violência organizada (da lei) caso se comportem de certas maneiras indesejáveis, mas observadas por atores políticos (como os serviços secretos ou a polícia). No caso da vigilância econômica eletrônica, os indivíduos são ameaçados pela violência do mercado que os quer forçar a comprar ou produzir certas mercadorias e ajudar a reproduzir relações capitalistas pela reunião e uso de informação sobre seu comportamento econômico

com a ajuda de sistemas eletrônicos. Nestas formas de vigilância a violência e a heteronomia são a última palavra.

Podemos criticar o fato de que Foucault não pode apresentar alternativas à sociedade da vigilância e disciplinar, pois foi cuidadoso e defendeu que tais apelos podem incorrer em novas disciplinas. Foucault deixou claro que “a luta contra disciplinas, ou ainda melhor, contra o poder disciplinar” é uma “busca por um poder não-disciplinar” (Foucault, 2004: 39). Foucault não vai além desta observação, enquanto no debate Foucault/Chomsky o último defendeu que “solidariedade e compaixão” são “necessidades humanas fundamentais” (Chomsky e Foucault, 2006: 55) e que a sociedade do futuro pode ser construída nessas qualidades e ser organizada como um “sistema de poder descentralizado e de livre associação” (p. 63). O pólo oposto em relação à vigilância é o da solidariedade e da cooperação, uma sociedade cooperativa baseada na solidariedade, uma sociedade socialista é uma sociedade sem dominação, sem vigilância (Fuchs, 2008).

David Lyon organizou uma teoria da vigilância (Lyon, 1994: 192). No meu ponto de vista, a abordagem encontrada nos estudos de Lyon sobre a vigilância tem um caráter ambivalente. Por um lado, o autor diz que a violência tem a face de Janus, revelando uma noção neutra de vigilância. “Eu entendo certas formas de violência como aspectos inerentes – e não necessariamente nocivos – de toda sociedade humana” (Lyon, 1994: 19). Por outro lado, a abordagem de David Lyon é normativa e clariaudiente em relação às vozes a aos interesses de ativistas políticos, que é mais característico dos conceitos negativos de vigilância. David Lyon define a vigilância como os “contextos dentro dos quais informações pessoais são coletadas” (Lyon, 1994, ix). Lyon refinou sua definição de modo que a vigilância foi definida posteriormente como “qualquer recuperação e processamento de dados pessoais, seja identificável ou não, para os propósitos de influenciar ou gerenciar aqueles cujos dados foram recuperados” (Lyon, 2001: 2) e como “formas rotineiras pelas quais se dá atenção focada em dados pessoais por parte de organização que pretendem influenciar, gerenciar ou controlar certas pessoas ou grupos populacionais” (Lyon, 2003: 5). Os termos influenciar, gerenciar, e controlar são ambíguos. Dependendo de como são entendidos/definidos exatamente como conceitos gerais ou como conceitos mais negativos, teremos uma definição neutra ou negativa da vigilância.

UMA CRÍTICA DOS CONCEITOS NEUTROS SOBRE A VIGILÂNCIA

Em minha opinião, há quatro razões que depõem contrariamente ao definir a vigilância de uma forma neutra.

D

Como podemos definir vigilância?

Etimologia

3. Em inglês, “surveillance”

4. Watch over.

Vigilância³ deriva etimologicamente do francês *surveiller*, vigiar, assistir. Lyon (2001: 3) entende que a vigilância, literalmente, como *vigiar* implica tanto cuidado como controle. Vigiar alguém⁴ implica que haja uma hierarquia social entre pessoas, na qual um exerce poder sobre outro. Vigiar, monitorar, assistir alguém está etimologicamente conectado a denominações como vigia, vigilante, cuidador e policial. Se a palavra vigilância implica em hierarquias de poder, então é melhor assumir que ela sempre tem relação com a dominação, com a violência e com a coerção (real ou em potencial). Foucault assim entende a vigilância como uma técnica de coerção (Foucault, 1977: 222), é “poder exercido sobre ele [um indivíduo] através da supervisão” (Foucault, 1994: 84). John Gilliom (2001) estudou as atitudes de mulheres que recebiam benefício do Estado em Ohio, e cujas atividades pessoais eram intensamente documentadas e acessadas por sistemas computadorizados. O autor ressalta que este sistema funcionava como *supervisor dos pobres*. Ele conclui que as mulheres entendiam a vigilância como inerentemente negativa. Ela seria um *olhar de cima*, e uma “expressão e instrumento de poder” usado para “controlar o comportamento humano” (Gilliom, 2001: 3). “A política da vigilância inclui necessariamente a dinâmica do poder e da dominação” (p. 2). Gilliom faz notar ainda a conexão do tempo vigilância com as categorias de cuidador e de supervisor (p. 3).

Confluência teórica

Os conceitos neutros de vigilância entendem fenômenos como, por exemplo, cuidar de um bebê ou fazer um eletrocardiograma de um paciente com infarto do miocárdio no mesmo nível analítico de, por exemplo, a vigilância estatal sobre os dados pessoais de cidadãos para lutar contra o terrorismo ou a vigilância econômica sobre informações privadas e sobre o comportamento *online* exercido por empresas no ramo de internet como *Facebook*, *Google*, etc. para acumular capital com publicidade direcionada. Se a vigilância é vista como um conceito todo abrangente, torna-se difícil perceber a diferença entre fenômenos de violência e de cuidado. O perigo da confluência teórica sobre a vigilância é que a violência e o cuidado não podem mais ser analiticamente separados porque ambos estão sempre ao mesmo tempo contidos no mesmo conceito de vigilância. Se a vigilância é usada como um termo neutro, então a distinção entre a recuperação de informações não coercitiva e processos de vigilância coercitivos fica obscurecida. Ambos os fenômenos são condensados numa unidade indiferenciada que dificulta a distinção ou a categorização do nível de inflexão coercitiva de certas formas de vigilância. A dupla estratégia de

definição oferece a base para o caminho de trivializar certas formas de vigilância coercitivas; fica mais difícil elaborar, aplicar e utilizar conceitos normativos e críticos de vigilância. Há o perigo de que a injunção sobre a vigilância resulte em conceitos meramente analíticos e que assim deixem de lado seu potencial normativo e político.

No uso da linguagem cotidiana, os cidadãos tendem a aplicar o conceito de vigilância com uma carga negativa e relacionando à distopia orwelliana de totalitarismo. Na academia, a noção de vigilância é empregada além das Ciências Sociais, na Medicina. Dados obtidos através de vigilância e sistemas de vigilância na medicina são ligados ao monitoramento de doenças e estados de saúde. No *Social Sciences Citation Index* (SSCI), o artigo mais citado⁵ que contém a palavra vigilância no título é um artigo médico intitulado “Relatório anual à nação sobre o estado do câncer, 1975-2000, incluindo a utilização de dados obtidos por monitoramento da prevenção e do controle do câncer”⁶. Isso mostra que há uma diferença entre o uso cotidiano e o acadêmico, predominante, para o termo vigilância. No primeiro caso ele tende a ser mais político e normativo, enquanto que no último mais analítico. Minha tese é de que o uso do termo vigilância pelas Ciências Sociais não deveria ser direcionado pelo entendimento dado ao termo na Medicina, nas Ciências Naturais ou na Engenharia porque uma das características próprias das Ciências Sociais é que ela tem uma tradição normativa e crítica forte que não deveria ser dispensada, na minha opinião. A questão é se a vigilância deveria ser considerada como um conceito político ou como um conceito genérico.

A diferença entre recuperação de informações e vigilância

Se toda forma de recuperação sistemática de informações é vigilância, então os estudos sobre vigilância equivalem aos estudos sobre a sociedade da informação e o termo sociedade da vigilância é um sinônimo para a categoria sociedade da informação. Dadas essas afirmações não há parâmetro para estabelecer que os estudos de vigilância sejam uma disciplina ou transdisciplina distinta. Para mim, a informação e a sociedade da informação são termos mais gerais. Considero a vigilância como um tipo específico de processo informacional e a sociedade da vigilância como um tipo específico de sociedade da informação. A noção de sociedade da vigilância marca para mim certos aspectos negativos de sociedades da informação heterônomas. Ela se opõe à noção de uma sociedade da informação participativa, cooperativa, sustentável (Fuchs, 2008, 2010; Fuchs, Boersma, Albrechtslund e Sanvoal (2011), Fuchs e Obrist 2010). Dependendo dos contextos sociais e da regulação política, a informação tem efeitos variados. Sugiro que o termo que se opõe à vigilância

5. N.A. Busca do termo realizada em 30 de abril de 2010.

6. N.T. Título original: Annual report to the nation on the status of cancer, 1975-2000, featuring the uses of surveillance data for cancer prevention and control.

D

Como podemos definir vigilância?

seja solidariedade, o que permite separar categoricamente aspectos e efeitos negativos e positivos dos processos de informação.

Não pretendo dizer que as tecnologias da informação não tenham potenciais positivos, concordo com David Lyon e outros autores, e que a perspectiva de Foucault é muito distópica e faltam visões positivas e estratégias para a transformação da sociedade. A relação da tecnologia da informação e a sociedade é complexa e dialética e, assim, cria potenciais positivos e negativos múltiplos que frequentemente se contradizem (Fuchs, 2008). Entretanto, sob condições sociais heterônomas não podemos presumir que os prós e contras das tecnologias da informação sejam igualmente distribuídos, os negativos estão presentes automaticamente, os positivos ficam mais latentes, precários e tem de ser efetivados a partir de lutas. Minha sugestão é, dessa forma, que o termo vigilância possa ser empregado para descrever o lado negativo da recuperação de informações, de seu processamento e uso, que está inextricavelmente ligado com a coerção, dominação, e com a violência (direta ou indiretamente; física, simbólica, estrutural ou ideológica).

Normatização da violência

Se tudo é vigilância, fica difícil criticar politicamente formas repressivas de vigilância porque ela é um termo usado na linguagem cotidiana para todo tipo de processo de informação nocivo que não acarreta dano aos seres humanos. O mundo pós-11 de setembro tem assistido à intensificação à extensão da vigilância repressiva. Dessa forma, considero importante ter categorias disponíveis que permitam a estudiosos, ativistas e cidadão criticarem estes desenvolvimentos. Se a vigilância é um conceito normatizado no uso da linguagem cotidiana e que caracteriza toda forma de recuperação de informação, seu armazenamento e processamento e não apenas um conceito crítico, então essa tarefa normativa fica mais difícil. Se tudo é vigilância então nenhuma vigilância é deixada de fora, nenhuma esfera humanista transcendental, ideia ou sujeito que permita expressar descontentamento com a recuperação de informação coercitiva e com a violação de direitos humanos associada a ela. A vigilância repressiva tem penetrado em nossas vidas de maneira vagarosa, mas firme e, assim, torna mais fácil a quem desenvolve políticas e a outros atores poderosos apresentarem sua implementação como necessária e inevitável. A normatização do conceito de vigilância pode embasar ideologicamente tais desenvolvimentos. Em minha opinião, é uma estratégia melhor fazer da vigilância um conceito estranho, ligado a sentimentos de alienação e dominação. Para isso é necessário alienar a noção de vigilância de seu uso neutro normatizado.

CONCLUSÃO

O desafio deste artigo foi defender que é importante lidar com a questão teórica de como se pode definir vigilância. Minha visão é de que será impossível encontrar uma definição universal amplamente aceita e que é muito importante ressaltar as diferentes abordagens para definir vigilância, trabalhar sobre os pontos em comum e sobre as diferenças entre os conceitos, e levar a cabo um diálogo construtivo sobre tais questões. Um estado homogêneo da arte de definir a vigilância não está no horizonte e talvez não seja nem desejável. Uma controvérsia construtiva sobre as bases teóricas não é, em minha opinião, um dado de fraqueza de um campo, mas um indicativo de que esteja se desenvolvendo e num bom estado. Não é meu objetivo estabelecer uma definição específica de vigilância, embora eu tenha minha própria perspectiva sobre o que seja vigilância e o que ela não é, que tento fundamentar encontrando e comunicando argumentos. Uma teorização sobre a vigilância tem de levar em conta os limites entre vigilância e informação e tem de refletir na propriedade ou não dos sentidos normativo e crítico do termo. Não importa como se defina vigilância, cada conceito se posiciona diante de questões teóricas como a relação entre concretude e abstrato, generalidade e especificidade, filosofia normativa e teorização analítica, etc.

Minha visão pessoal é de que a informação é um conceito mais geral do que a vigilância e que a vigilância é um tipo específico de recuperação de informação, armazenamento e processamento, avaliação e uso que envolve dano potencial ou real, coerção, violência, relações de poder assimétricas, controle, manipulação, dominação, poder disciplinar. É um instrumental e um meio de tentar extrair e acumular benefícios para certos grupos de indivíduos às custas de outros grupos ou indivíduos. A vigilância está baseada numa lógica de competição. Ela tenta fazer florescer ou evitar certos comportamentos de grupos ou indivíduos reunindo, armazenando, processando, difundindo, avaliando e usando informação sobre seres humanos de forma que a violência física, ideológica ou estrutural, potencial ou real, pode ser direcionada aos humanos de forma a influenciar seu comportamento. Esta influência é originada através de mecanismos coercitivos e traz benefícios para certos grupos em detrimento de outros. A vigilância é assim, no meu ponto de vista, nunca cooperativa e solidária – nunca beneficia a todos. De qualquer modo, certamente há processos de informação que visam o benefício de todos os seres humanos. Denomino tais processos de informação como monitoramento, envolvem o processamento de informações que visam o cuidado, benefícios, solidariedade, ajuda, e cooperação, benefícios a todos e se opõe à vigilância.

D

Como podemos definir vigilância?

Inclui aqui alguns exemplos do que considero como formas de vigilância:

- * Professores que monitoram as atividades particulares de seus pupilos por câmeras na Harriton High School, Pennsylvania;
- * O escaneamento das digitais de quem visita os Estados Unidos;
- * A utilização de câmeras *speed* para identificar quem está em alta velocidade (envolve o poder estatal);
- * Braceletes de monitoramento eletrônico usados por condenados a regime de prisão domiciliar⁷;
- * O escaneamento de dados de internet e telefone por serviços secretos com a ajuda do sistema Echelon e do software Carnivore;
- * O uso de scanners de corpo inteiro em aeroportos;
- * Passaportes biométricos contendo impressão digital;
- * O uso do sistema de propaganda *DoubleClick* por empresas de internet para reunir dados dos usuários *online* escrutinando seu comportamento e oferecendo a eles propaganda direcionada;
- * A avaliação dos hábitos de consumo com a ajuda dos cartões de fidelidade;
- * A reunião de dados por pesquisas de *marketing*;
- * A publicação em tablóides de fotos sensuais de celebridades feitas por *paparazzi*;
- * A avaliação por empregadores de imagens pessoais e vídeos do *Facebook* de candidatos a uma vaga de emprego antes da entrevista;
- * A reunião de dados de potenciais ou reais terroristas na base de dados TIDE (Interface Datamart de Identidade de Terroristas)⁸ pelo Centro Nacional Antiterrorismo dos Estados Unidos⁹;
- * A transferência de dados do Registro de Nomes de Passageiros (PNR) da Europa para os Estados Unidos no setor de aviação;
- * *Telekomgate*: a vigilância sobre empregados, associados ao sindicato, jornalistas, e membros da mesa diretiva pelo *Telekom* alemão;
- * O registro em vídeo de empregados dos supermercados Lidl e a avaliação dos dados pelos gerentes na Alemanha;
- * Vigiando os vigilantes: sistemas de vigilância corporativa, registro da agressão policial de Rodney King (LA, 1992), Vídeo do *YouTube* da polícia matando Neda Soltan (Iran, 2009).

7. Open prison system

8. Terrorist Identities
Datamart Environment

9. US National
Counterterrorism Center

A questão que se verifica nestes exemplos é que todos eles envolvem relações de poder assimétricas, alguns deles revelam formas de violências e o fato de que o processamento sistemático de informação inflige algum tipo de mau. Vivemos em sociedades heterônomas, assim os processos de vigilância podem ser identificados muito frequentemente. De qualquer maneira, seria um erro argumentar que a dominação é uma característica universal de todas as sociedades e de

todos os sistemas sociais. Lembremos simplesmente de situações em nossas vidas que envolvem o altruísmo, o amor, a amizade e o cuidado mútuo. São exemplos que demonstram que as esferas de não-dominação são possíveis e reais. Argumento que é possível pensar em modelos alternativos de sociedade, em que a cooperação, solidariedade e o cuidado são os princípios mestres (Fuchs, 2008). Se os processos de informação são centrais em tal sociedade, então não gostaria de denominá-la sociedade da vigilância, mas sociedade solidária da informação ou sociedade da informação participativa, cooperativa, sustentável (Fuchs, 2008/2010).

Aqui estão certos exemplos de monitoramento que não são formas de vigilância:

- * Uso de Chat sexual *online* com vídeo por adultos de maneira consensual;
- * Pais observando o sono de seu bebê doente através de uma câmera ou babá eletrônica para se ele precisar de ajuda;
- * Eletrocardiograma permanente de um paciente cardíaco enfartado;
- * A detecção com antecedência de terremotos por sismógrafos;
- * O emprego do sistema DART (Avaliação e Informação dos Oceanos Profundos sobre Tsunamis)¹⁰ no Oceano Pacífico, Atlântico e nos mares caribenhos para a detecção de tsunamis;
- * O uso de um sistema de navegação para carros baseado em GPS para se dirigir a um destino desconhecido;
- * O uso de um detector de incêndio, de um sistema de alarme e de um sistema *sprinkler* de detecção de incêndio numa escola pública;
- * Sistemas de medição da qualidade da água potável;
- * Uso de sistemas de alerta para *smog*¹¹ e poluição do ar;
- * Atividades de estações de medição de radioatividade para detecção de desastres nucleares;
- * Sistemas de detecção e medição de temperatura, umidade e fumaça em áreas florestais que são propícias a queimadas naturais;
- * Medição de dados meteorológicos para previsões de temperatura.

10. DART system (Deep-ocean Assessment and Reporting of Tsunamis)

11. N.T. Smoke and Fog, Fumaça e neblina

A questão com estes exemplos é que existem processos de obtenção de informação sistemáticas em nossas sociedades que não envolvem uma violência sistemática, a competição e a dominação, mas que visam benefícios para todos. Alguém pode questionar se estes são realmente bons exemplos e se as fronteiras entre a primeira e a segunda listas podem ser claramente desenhadas, mas o ponto central que desejo defender é que existem questões políticas entre o processamento de informação sistemático em avanço ou regulatórios que têm efeitos repressivos ou solidários e que essa diferença conta normativamente.

D

Como podemos definir vigilância?

Certamente, formas de monitoramento podem facilmente se tornar formas de vigilância e as tecnologias de vigilância podem ser refinadas de maneira a servir a propósitos solidários. O ponto mais crucial que quero salientar é que as teorias normativas, o pensamento crítico, e as práticas políticas críticas importam em nossa sociedade e precisam de uma compreensão clara de conceitos. Questiono as abordagens pós-modernas e construtivistas que pretendem nos convencer de que se tornou completamente possível distinguir o que é desejável e indesejável ou que todas as ideias normativas e projetos políticos estão inerentemente inclinados a produzirem novas formas de violência e de dominação. Estou convencido de que uma sociedade não-violenta, sem dominação, é possível e que é importante especialmente em tempos de crises globais ter conceitos claramente definidos à mão que ajudem a criticar a violência e a dominação e apontem na direção de um mundo diferente. Vejo, assim, uma necessidade de um conceito de vigilância realista, crítico.

Minha tese é a de que há uma diferença entre as forças produtivas de vigilância e das relações/estruturas sociais de vigilância. A maior parte das tecnologias da informação podem ser desenhadas de maneiras diferentes e usadas em diferentes contextos sociais. Assim, as tecnologias, na maioria dos casos, não determinam grandes efeitos na sociedade. O que a vigilância é ou deixa de ser pode, assim, em minha opinião, não ser determinado no nível das tecnologias, mas simplesmente no nível das estruturas sociais, pela observação dos contextos, resultados e efeitos de certas tecnologias de vigilância e se beneficiam a todos, causam mau e reforçam e aprofundam a dominação, a exploração e a alienação. E, assim, defendo uma teoria crítica da vigilância. Tal teoria é também realista e não-construtivista pois defende que os seres humanos são capazes de observar e realizar julgamentos fundamentados e razoáveis sobre os efeitos positivos e negativos das tecnologias.

Identifiquei uma quantidade de temáticas que em minha opinião deveriam ser consideradas pelo que denomino abordagens neutras da vigilância:

- Uma noção neutra de vigilância coloca aspectos negativos e positivos da vigilância em um só nível categórico e dessa forma pode tornar trivial a recuperação e o uso de informações para repressão.
- Um conceito neutro de vigilância não permite distinção entre a recuperação de informação e a vigilância, assim não se pode determinar nenhuma distinção entre os estudos de vigilância e os estudos sobre a sociedade da informação.
- Não deve ser presumida uma dialética no nível categórico da vigilância, mas num metanível que permita a distinção entre a vigilância e a solidariedade como os lados respectivamente positivo e negativo da recuperação sistemática da informação.

- Etimologicamente o termo vigilância implica uma relação de poder assimétrico, dominação, hierarquia e violência.

As abordagens neutras sobre a vigilância vêem-na como duas facetas, uma positiva e a outra negativa argumentando que a vigilância existe em todas as sociedades e que ela envolve qualquer tipo de recuperação de informação em organizações. As abordagens neutras tornaram-se a nova ortodoxia dos Estudos sobre Vigilância e quase ninguém questiona. Os Estudos sobre Vigilância pretendem ser um campo interdisciplinar amplo que se institucionaliza; assim, a sugestão de conceituar a vigilância como algo puramente negativo não se encaixa nesse desafio. Abordagens da vigilância negativa apontam que a vigilância é um processo repressivo de recuperação de informação direcionado para a instalação ou reprodução da dominação.

Uma crítica da teoria da vigilância está precisando de um conceito negativo de vigilância. De outro modo, ele acaba por limitar seu potencial crítico e se torna parte da administração. ■

REFERÊNCIAS

- BALL, Kirstie and WEBSTER, Frank. The intensification of surveillance. In: *The intensification of surveillance*, ed. Kiristie Ball and Frank Webster, 1-15. London: Pluto Press, 2003.
- BOGARD, William. 1996. *The simulation of surveillance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 2006. Surveillance assemblage and lines of flight. In *Theorizing surveillance*, ed. David Lyon, 97-122. Portland, OR: Willan.
- BOYLE, James. 1997. Foucault in cyberspace. *University of Cincinnati Law Review* 66 (1): 177-205.
- CASTELLS, Manuel. 2004. *The power of identity*. Malden, MA: Blackwell.
- CHOMSKY, Noam, and Michel Foucault. 2006. *The Chomsky-Foucault debate: on human nature*. New York: The New Press.
- DANDEKER, Christopher. 1990. *Surveillance, power and modernity. Bureaucracy and discipline from 1700 to present day*. Cambridge: Polity Press.
- . 2006. Surveillance and military transformation: organizational trends in twenty-first-century armed services. In *Surveillance and visibility*, ed. Kevin Haggerty and Richard Ericson, 225-249. Toronto: University of Toronto Press.
- DELEUZE, Gilles. 1995. Postscript on the societies of control. In *Negotiations*, 177-182. New York: Columbia University Press.
- ELMER, Greg. 2003. A diagram of panoptic surveillance. *New Media & Society* 5 (2): 231-247.

D

Como podemos definir vigilância?

- FISKE, John. 1996. *Media matters*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- FOUCAULT, Michel. 1973. *The order of things*. New York: Vintage.
- . 1977. *Discipline & punish*. New York: Vintage.
- . 1994. *Power*. New York: New Press.
- . 2004. *Society must be defended*. New York: Picador.
- . 2007. *Security, territory, population*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- . 2008. *The birth of biopolitics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- FUCHS, Christian. 2008. *Internet and society: social theory in the information age*. New York: Routledge.
- . 2010. Theoretical foundations of defining the participatory, co-operative, sustainable information society. *Information, Communication & Society* 13 (1): 23-47.
- FUCHS, Christian, BICHLER, Robert and RAFFL, Celina. 2009. Cyberethics and co-operation in the information society. *Science and Engineering Ethics* 15 (4): 447-466.
- FUCHS, Christian, BOERSMA, Kees, ALBRECHTSLUND, Anders and SANDOVAL, Marisol. (eds.). *The Internet and surveillance*. New York: Routledge. 2011/ forthcoming.
- FUCHS, Christian and OBRIST, Marianna. HCI and society: towards a typology of universal design principles. *International Journal of Human-Computer Interaction* 26 (6). 2010.
- GANDY, Oscar H. *The panoptic sort. A political economy of personal information*. Boulder: Westview Press. 1993.
- . Data mining and surveillance in the post-9/11 environment. In: *The intensification of surveillance*, ed. Kirstie Ball and Frank Webster, 26-41. London: Pluto Press. 2003.
- GIDDENS, Anthony. *A contemporary critique of historical materialism. Vol. 1: power, property and the state*. London: Macmillan. 1981.
- . *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Cambridge: Polity Press. 1984.
- . *A contemporary critique of historical materialism. Vol. 2: the nation-state and violence*. Cambridge: Polity Press. 1985.
- . *Social theory and modern sociology*. Cambridge: Polity Press. 1987.
- GILLIOM, John. *Overseers of the poor*. Chicago, IL: University of Chicago Press. 2001.
- GORDON, Diana. The electronic panopticon. *Politics and Society* 15 (4): 483-511. 1987.
- HAGGERTY, Kevin. Tear down the walls: on demolishing the panopticon. In: *Theorizing surveillance*, ed. LYON, David, 23-45. Portland, OR: Willan. 2006.
- HAGGERTY, Kevin and ERICSON, Richard. The surveillant assemblage. In: *The surveillance studies reader*, ed. Sean P. Hier and Josh Greenberg, 104-116. Berkshire: Open University Press. 2000/2007.

- . The new politics of surveillance and visibility. In: *Surveillance and visibility*, ed. HAGGERTY, Kevin and ERICSON, Richard, 3-33. Toronto: University of Toronto Press. 2006.
- HARVEY, David. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press. 2003.
- . *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- . *A companion to Marx's Capital*. London: Verso. 2010.
- HIER, Sean P. Probing the surveillant assemblage: on the dialectics of surveillance practices as processes of social control. In: *The surveillance studies reader*, HIER, Sean P. and GREENBERG, Josh. 117-127. Berkshire: Open University Press. 2003/2007.
- HIER, Sean P. and GREENBERG, Josh (eds.). 2007. *The surveillance studies reader*. Berkshire: Open University Press.
- HORKHEIMER, Max. Traditional and critical theory. In: *Critical theory, 188-252*. New York: Continuum. 1937/2002.
- . *Eclipse of reason*. New York: Continuum. 1947/1974.
- LACE, Susanne. The new personal information agenda. In: *The glass consumer*. LACE, Susanne (ed.). 207-245. Birstol: Policy Press. 2005.
- LUKÁCS, Georg. *History and class consciousness*. London: Merlin. 1971.
- LYON, David. *The electronic eye. The rise of surveillance society*. Cambridge: Polity. 1994.
- . *Surveillance society: monitoring everyday life*. Buckingham: Open University. 2001. Press.
- . *Surveillance after September 11*. Cambridge: Polity. 2003.
- MARCUSE, Herbert. The concept of essence. In: *Negations*, 43-87. London: Free Association Books. 1936/1988.
- . *Reason and revolution. Hegel and the rise of social theory*. New York: Humanity Books. 1941.
- MARX, Gary T. Surveillance. In *Encyclopedia of privacy*. (ed.). STAPLES, William G. 535-544. Westport, CN: Greenwood Press. 2007.
- MATHIESEN, Thomas. The viewer society: Michel Foucault's 'panopticon' revisited. *Theoretical Criminology* 1 (2): 215-234. 1997.
- . Panopticon and synopticon as silencing systems. In: *Silently silenced. Essays on the creation of acquiescence in modern society*, 98-102. Winchester: Waterside Press. 2004.
- MURAKAMI, David Wood. Beyond the panopticon? Foucault and surveillance studies. In: *Space, knowledge and power: Foucault and geography*. (ed.). CRAMPTON, James and ELDEN, Stuart. 245-263. Aldershot: Ashgate. 2007.
- NORRIS, Clive and ARMSTRONG, Gary. *The maximum surveillance society. The rise of CCTV*. Oxford: Berg. 1999
- OGURA, Toshimaru.. Electronic government and surveillance-oriented society. In: *Theorizing surveillance*. LYON, David. (ed.). 270-295. Portland, OR: Willan. 2006

D

Como podemos definir vigilância?

- POSTER, Mark. *The mode of information*. Cambridge: Polity. 1990.
- RHEINGOLD, Howard. *Smart mobs: the next social revolution*. New York: Basic Books. 2002.
- ROBINS, Kevin and Frank Webster. *Times of the technoculture*. New York: Routledge. 1999.
- RULE, James B. *Privacy in peril*. Oxford: Oxford University Press. 2007.
- SOLOVE, Daniel J. *The digital person. Technology and privacy in the information age*. New York: New York University Press. 2004
- . *The future of reputation. Gossip, rumor, and privacy on the Internet*. New Haven: Yale University Press. 2007.
- WALL, David S.. *Cybercrime*. Cambridge: Polity. 2007.
- WEBSTER, Frank. *Theories of the information society*. New York: Routledge. 2002.
- ŽIŽEK, Slavoj. How did Marx invent the symptom? In: *Mapping ideology*, ed. Slavoj Žižek, 296-331. London: Verso. 1994.
- ZUBOFF, Shoshana. *In the age of the smart machine*. New York: Basic Books. 1988
- ZUREIK, Elia. Theorizing surveillance. The case of the workplace. In: *Surveillance as social sorting*. (ed.). LYON, David. 31-56. New York: Routledge. 2003.

ARTIGO TRADUZIDO DO INGLÊS POR ANDRÉA LIMBERTO

Artigo recebido em 20 de agosto de 2011 e aprovado em 24 de setembro de 2011.